

COLONIALISMO, ECONOMIA-MUNDO E GLOBALIZAÇÃO: TRAJECTÓRIAS E DEBATES HISTORIOGRÁFICOS

Ivo CARNEIRO DE SOUSA*

A palavra globalização instalou-se para ficar no nosso quotidiano, comparecendo recorrentemente utilizada pelos meios de comunicação tanto como pelo discurso político, a análise social ou o agitado mundo da economia e das finanças. Despida nestes discursos quase de história, a globalização transformou-se em ideia praticamente comum, sendo frequentada longe de qualquer rigor nocional e muito menos de qualquer enquadramento histórico, explicando a sua “genealogia” e o seu funcionamento no tempo e no espaço. Ao vulgarizar-se e ao perder qualificação conceitual, a ideia de globalização alimenta as mais contraditórias causações, aqui concorrendo para explicar uma conjuntura económica desfavorável, ali limitando incapacidades e incompetências de governos e burocracias, mais além justificando as principais modalidades que estruturam as relações políticas internacionais, sublinhando-se a sua novidade global quando, em muitos casos e comunicações, se revisitam velhas formas de dominações e explorações entre territórios e sociedades colocadas em lugares hierarquicamente assimétricos de um mundo persistentemente atravessado por desigualdades profundas. A ideia de globalização parece impor-se inexoravelmente também nos campos organizados por uma comunicação cada vez mais automática em que a sensação de pertença a um espaço-mundo, da informação à estética, do consumo à imagem, fazem de cada um uma espécie de cidadão, entre espectador e agitador, dessa propalada aldeia da comunicação global. Trata-se, porém, de uma situação perseguindo propositadamente ilusões e alienações simbólicas, privilegiando uma produção virtual que, exceptuando vários mercados especializados, não tem vindo a contribuir para alterar substancialmente as estruturas fundamentais que organizam a divisão e distribuição social e mundial do trabalho e da circulação de bens. Para um camponês mambai das montanhas do centro de Timor ou para um pescador de S. Tomé e Príncipe, tanto como para um sem-terra brasileiro ou para os milhões de desempregados e pobres espalhados pela maioria do planeta “em desenvolvimento”, a ilusão da globalização não se transforma em trabalho ou alimentação, podendo, por isso, arrolar-se uma demorada literatura científica crítica

* Departamento de História da FLUP / Investigador do Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático.

tratando de demonstrar os efeitos perversos da globalização económica na sorte destas populações afastadas dos centros ocidentais da economia e da política internacional.

A palavra globalização tornou-se cada vez mais coextensiva com a representação social, económica e cultural que domina a imagem, quase o “design”, das nossas sociedades ocidentais, esse “primeiro mundo” agora apresentado, muitas vezes sem qualquer fundamentação, como verdadeiramente pós-industrial. A globalização serve, assim, já para representar o “nosso” mundo, já para hierarquizar as nossas relações com os outros territoriais, sociais e culturais. Descrevemos a pobreza da África subsariana ou os países e movimentos islâmicos apresentados como “fundamentalistas” a partir da representação da sociedade global em que julgamos viver, explicando a situação desses outros pelas suas dificuldades ou incapacidades para se desenvolverem no sentido da globalização, perseguindo as nossas próprias representações sociais e comportamentos culturais dominantes. A exportação dessa cultura global cruzando a democracia ou o estado-nação ocidentais, a economia de mercado, uma cultura urbana laicizada ou esse novo capitalismo da dádiva fixado em milhares de ONG e agências internacionais, haveria de constituir a solução para o desenvolvimento económico e social da maioria pobre do globo que encontraria a felicidade num novo tipo de *imitatio occidens*, recordando uma plurimilenar tendência da história ocidental para cruzar *pax et imperio*. Esta duplicidade da ideia de paz imperial ou da estabilidade oferecida por poderes centrais e dominantes, ocorre também nitidamente na construção da ideia de globalização, revestida de uma dimensão dúplice, epistémica e processual. Com efeito, convoca-se epistemologicamente a noção de globalização para destacar o predomínio da ciência e da racionalidade ocidentais que, recobrando o planeta, concorreriam para aplacar a doença, limitar a mortalidade e a natalidade, “libertar” a mulher ou, entre tantos outros apregoados benefícios, assegurar definitivamente o desenvolvimento que o outro não poderá alcançar com as suas particularidades culturais tradicionais, entre irracionalidade e superstição. Ao mesmo tempo, a globalização é claramente o (um) resultado de um longo processo histórico enformando os tempos, espaços e culturas em que nos movimentamos. Da mesma forma que não parece possível discutir a globalização fora do tempo e do espaço, também não parece possível entender a omnipresença da palavra exteriormente a um processo normativo de acreditação da cultura ocidental como a verdadeira racionalidade, sempre progressiva e benigna. Se existe uma ampla investigação científica que foi criticando este optimismo iluminista incrustado nas ideias de progresso e razão ocidentais, desafiado da ecologia aos movimentos de “novas minorias”, são infelizmente menores os estudos sérios que procuram fazer a história da globalização, escrutinando o(s) processo(s) responsável por tornar a ideia em palavra focal do nosso mundo mediático e virtual actual.

Dominada no mundo ocidental pelo prestígio nunca mitigado das histórias nacionais, especializada nas últimas décadas em vários domínios, modas e muitas micro-histórias, a historiografia contribui hoje escassamente para ajudar a perceber o

paradoxo de uma globalização que tornou a informação quase imediata enquanto a pobreza, a doença ou subdesenvolvimento são mediatos, destacando o peso das realidades locais mesmo quando se multiplicam e justapõem em imagens que organizam, pelo paradoxo e contradição, a “missão” global da cultura ocidental no nosso planeta. A historiografia ocidental nunca foi o espaço de conhecimento privilegiado para estudar quer os mundos não-europeus quer as contradições geradas por um processo histórico globalmente entendido como linear e progressivo. Um persistente paradigma de espelho, tratando de ver no outro o reflexo da nossa própria exportação de políticas, economias e culturas, embaraça a contribuição da(s) historiografia(s) para um melhor reconhecimento das diferentes composições que impuseram actualmente uma narrativa falada e visual unívoca da ideia de globalização. Este estudo procura seguir algumas das principais trajetórias e debates historiográficos que podem interessar a uma futura história do processo da globalização, da palavra à imagem, da representação à estética, do espaço à periodização.

A Herança de Fernand Braudel

As diferentes tradições e “escolas” historiográficas procuraram sempre produzir histórias universais, uma espécie de paixão que se aprofunda nos meios cultivados europeus ao longo do século XIX e das primeiras décadas do século XX com os grandes trabalhos, entre outros, de G. Weber, Oswald Spenger ou Arnold Toynbee. No entanto, a compreensão de que a história organizava diferentes unidades do espaço mundial – e não *uma* história universal – em tempos longos, reunindo essas unidades em conexões gerais, estratificando relações económicas *globais* tanto como sociedades, políticas e culturas é uma noção muito mais recente. Um dos historiadores que mais contribuiu para firmar uma investigação dos grandes espaços sociais na longa duração, perspectivando as suas conexões e periodizações à escala do globo, foi indiscutivelmente Fernand Braudel (1902-1985). Fruto de vinte anos de trabalho, totalmente reescrito vinte anos mais tarde para contemplar novos problemas e pesquisas, a obra que marca uma ruptura metodológica definitiva com as escalas e metódicas da história tradicional “positivista” é o sempre fascinante *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*¹. O livro navega uma perspectiva central sublinhando as relações entre história e geografia, as conexões do espaço e do tempo que se estruturam em ritmos longos, sobrepujando o tempo curto da política e da guerra para poder compreender as dinâmicas mais lentas de longa duração, orientando tanto os tempos da economia, como os dos Estados, das sociedades e das

¹ BRAUDEL, Fernand – *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris : A. Colin, 1966. A primeira impressão da obra data de 1949, mas é preferível seguir esta segunda edição que alarga a versão original nos domínios da investigação dos Estados, das civilizações e da demografia, tratando também mais demoradamente essa outra parte do mundo mediterrânico que é o Império Otomano.

civilizações. Procurando escalas ainda mais demoradas, a obra braudeliana trata ainda de penetrar o tempo quase imóvel dos insistentes retornos e permanências de ciclos incessantemente recomeçados, de que a adaptação ao meio marca o primeiro e mais significativo constrangimento. Estes equilíbrios instáveis mas duráveis entre os homens, o clima, o solo, a terra e o mar, os animais e as plantas fixam as possibilidades e limites de uma civilização². Entre a coleção de novas perspectivas para uma história *global*, o trabalho pioneiro de Fernand Braudel é responsável por escorar metodologicamente uma organização da história em três configurações fundamentais – o *tempo geográfico*, o *tempo social* e o *tempo individual* – que passariam a dirigir sistematicamente as suas principais investigações, incluindo as que tratam das relações entre *civilização material*, *economia* e *capitalismo*³ à escala do mundo.

Neste esforço maior de construção de uma história global, planetária quanto ao espaço, mas limitada cronologicamente a um período moderno estendendo-se de finais do século XV a finais do século XVIII, Braudel começa por estudar os alicerces formados pela vida material, destacando rotinas, heranças tradicionais e realizações antigas. Investiga-se, a seguir, a vida económica enformando um estágio superior do devir quotidiano, destacando-se como um conjunto de regras e de necessidades quase natural. O tríptico fecha-se, por fim, estudando o capitalismo, entendido espacialmente como uma espécie de grande Mediterrâneo mais recente, um centro englobando através de uma rede de conexões, ao mesmo tempo, frágeis e necessárias, os espaços vizinhos dos desertos tropicais, da Europa e do Atlântico recentemente conquistado para se espalhar com a industrialização por todo o globo. Sumariando com mais atenção os principais problemas discutidos nesta obra maior, no volume dedicado à investigação da vida material⁴ persegue-se uma história silenciosa à “escala do mundo”, pesquisando as desigualdades impostas pelo desenvolvimento e os constrangimentos que definem os limites das civilizações. As opções alimentares, os vestuários, o *habitat* ou os meios de transporte realizam bens culturais frágeis, adquiridos com dificuldades, mantidos pela repetição dos mesmos gestos mal permitindo a inovação. Somente a dialéctica do luxo e do aparato, privilégios dos ricos reivindicados e sonhados pelos menos favorecidos rompe esta monotonia de longa duração, assegurando o avanço lentamente acumulado da Europa sobre o resto do mundo. Esta ideia normativa entendendo o mundo europeu enquanto verdadeiro motor do capitalismo e da economia mundial aprofunda-se no segundo volume dedicado aos “jogos das trocas”⁵. Acima do rés-do-chão da vida material situam-se

² AYMARD, Maurice – Fernand Braudel, in LF GOFF, CHARTIER, Roger & REVEL, Jacques (dir.), *La Nouvelle Histoire*. Paris : CEPL, 1978, p. 84.

³ BRAUDEL, Fernand – *Civilisation matérielle et Capitalisme (Xve-XVIIe siècle)*. Paris : A. Colin, III vols., 1967-1979 (tradução portuguesa Lisboa: Teorema, 1992-1993).

⁴ BRAUDEL, Fernand – *Civilização material, Economia e Capitalismo (séculos XV-XVIII)*. As Estruturas do Quotidiano. Lisboa: Teorema, 1992.

⁵ BRAUDEL, Fernand – *Civilização material, Economia e Capitalismo (séculos XV-XVIII)*. Os Jogos das Trocas. Lisboa: Teorema, 1992.

os andares superiores da vida económica e, mais acima, a dinâmica capitalista. A economia começa no limiar do *valor da troca*, especializando uma continuada reunião de verdadeiros sistemas de trocas, dos intercâmbios mais elementares de vizinhança ao capitalismo mais sofisticado à escala global. Através da investigação das regularidades e mecanismos da estrutura das trocas no tempo longo e em unidades espaciais coerentes, Braudel tenta aproximar-se de uma história económica “geral” ou mesmo de uma *tipologia*, um *modelo*, uma espécie de *gramática* capaz de funcionar historicamente como o ponto de encontro nodal do económico, do social, do político e do económico. Metodologicamente, descobre-se uma investigação comparada que, através do tempo e do espaço, liga a história às outras ciências do homem, entre modelo (do passado) e observação (do presente). Este tipo ou modelo encontra-se precisamente na noção dinâmica de capitalismo que, numa perspectiva de longa duração, concretiza uma ordem milenar, global, mas que se centra progressivamente, entre os séculos XV e XVIII, na Europa para, a partir dela, triunfar globalmente:

Tal com a Europa, o resto do mundo é há séculos trabalhado pelas necessidades de produzir, pelas obrigações da troca, as precipitações da moeda. Será absurdo procurar, no meio destas combinações, sinais que anunciem ou realizem um certo capitalismo? Gostaria de dizer, como Deleuze e Guattari, que de certo modo, o capitalismo assombrou todas as formas de sociedade, pelo menos o capitalismo tal como o concebo. Mas, reconheçamo-lo sem rodeios, a construção triunfa na Europa, esboça-se no Japão, falha (as excepções confirmam a regra) em quase todos os outros sítios – melhor seria dizer que não se consoma.⁶

Investigando, a partir daqui, esta assimetria entre o “sucesso” europeu e as diferentes incapacidades dos mundos não-europeus, Fernand Braudel sublinha que, no caso da China, o obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo reside no Estado, na coesão da sua burocracia, na muito longa duração de um sistema de estado centralizador e moralizador. Seguindo os rigores de uma moral confuciana instrumentalizando cultura, ideologia e religião, o próprio Estado, englobando os mandarins de todos os escalões, encontra-se colocado ao serviço de um entendimento burocrático do bem comum⁷. Com efeito, o Estado do grande império do meio procura controlar tudo, das cheias à produção agrícola, da administração das cidades às ameaças externas, passando mesmo por um comércio interno e externo sempre estritamente vigiado. Um sistema em que a acumulação só é permitida ao Estado e ao aparelho de Estado, exemplificando a distinção entre a “simples” economia e a “complexidade” do capitalismo. A China exhibe, de facto, entre os séculos XV e XVIII uma sólida economia de mercado em agitados espaços locais, entre grupos fervilhantes

⁶ BRAUDEL, *op. cit.*, p. 519.

⁷ Apesar de não utilizar literalmente as suas teorias e categorias, este debate acerca da economia e sociedade chinesas mostra-se bastante deverdor da obra de WEBER, Max – *Confucianisme et taoïsme*. Paris: Ed. Gallimard, 2000. Trata-se, como se sabe, de textos publicados por Weber a partir de 1915 sob o título geral de *Ética económica das religiões mundiais* em que viria também a estudar o budismo, o hinduísmo e judaísmo antigo.

de artesãos e milhares de mercadores itinerantes, multiplicando-se lojas e feiras. Na base da sociedade imperial distinguem-se estas trocas animadas, mas nos níveis económicos, sociais e políticos superiores impõe-se a onnipresença do aparelho de Estado e a sua hostilidade em relação a qualquer indivíduo que, simplesmente, enriqueça. Em rigor, apenas se pode falar de capitalismo em grupos muito bem definidos, caucionados e estritamente vigiados pelo Estado. Quando muito, pode com algum esforço reconhecer-se no tempo dos Ming uma certa burguesia e uma espécie de capitalismo colonial que se perpetuou até hoje, sobretudo nos emigrantes chineses do Sudeste Asiático. No Japão, em contraste, um futuro capitalista começa a desenhar-se na época Ashikaga (1368-1573) com o aparecimento de forças económicas e sociais independentes do Estado, das corporações às cidades livres, do comércio longínquo às associações de mercadores. Instalam-se mercados livres, cidades livres, sendo a primeira, em 1573, o porto de Sakai. Poderosas corporações estendem as suas redes e monopólios, enquanto as sociedades comerciais, reconhecidas oficialmente em 1721, assumem por vezes um carácter de companhias comerciais *análogas às do Ocidente*.⁸ Estabelecem-se ainda firmemente dinastias de mercadores que se prolongam por séculos. Se é certo que os entraves e as restrições impostas ao comércio externo entre 1638 e 1868 retardaram a expansão económica, o Japão soube compensar muito rapidamente o seu atraso, partindo para o seu recente surto industrial imitado do Ocidente mobilizando essa base histórica de um capitalismo mercantil antigo que tinha sabido construir pacientemente e sozinho. Já em terras muçulmanas, a imagem que domina é a de uma sociedade contida, de vez em quando abalada pelo Estado, mas para sempre separada da terra que alimenta. Em toda a parte o espectáculo é o mesmo, na Pérsia, os *khans* são senhores a título vitalício, como na Índia do Grão-Mogol, ao tempo do seu esplendor. Em Deli, na verdade, não há "grandes famílias" que se perpetuem. A única classe de famílias dominantes que a Índia conhecia era a dos mercadores, fabricantes e banqueiros que, tradicionalmente, de pai para filho, dirigiam tanto a administração como as cidades de negócios, fossem os grandes portos ou uma vigorosa cidade do têxtil como Anmedabad. Uma classe que se defende melhor e mais duravelmente com o que melhor conhece: o dinheiro que corrompe o invasor ao deixar-se corromper por ele. É possível perseguir tratos e intercâmbios nestes mundos, aqui e acolá encontrar capitais e indústrias artesanais poderosas, mas tanto os Estados centralizados como, principalmente, as estratificações sociais segmentadas e militarizadas limitam as possibilidades de dinamização de uma acção tipicamente capitalista.

Pode, assim, concluir-se que a dinâmica do capitalismo constitui um processo de conexões sucessivas em que se podem vislumbrar três condições necessárias: (i) a existência com continuidade de uma economia de mercado vigorosa e em vias de progresso pode encontrar-se à escala mundial entre os séculos XV e XVIII, mas sendo condição *sine qua non* não é suficiente para a formação de um processo capitalista. A

⁸ BRAUDEL, *op. cit.*, p. 527.

China é, para Braudel, o exemplo paradigmático de como uma superestrutura capitalista não se consegue instalar apenas a partir de uma economia animada; (ii) torna-se, por isso, condição indispensável contar com a cumplicidade de uma sociedade capaz de preparar a acção capitalista a séculos de distância, nomeadamente favorecendo a longevidade das linhagens e essa acumulação contínua dos grupos sociais superiores sem a qual nenhuma dinâmica do capitalismo é possível; (iii) mas, por fim, nada seria verdadeiramente possível sem a acção especial e quase libertadora do mercado mundial, da formação das modernas economias-mundo.

É precisamente o *tempo do mundo*⁹ que mobiliza a investigação de Fernand Braudel neste tríptico definitivamente dedicado à história da formação e desenvolvimento do capitalismo mundial, entre os séculos XV e XVIII. Cura-se, precisemo-lo, de uma história do mundo, global, a partir da economia e, ainda mais especializadamente, da noção fundamental de economia-mundo: um bocado do planeta economicamente autónomo com capacidade económica de, no essencial, se bastar a si próprio, potenciando ligações e trocas internas que lhe conferem uma certa unidade orgânica.¹⁰ O estudo braudeliiano clássico sobre o Mediterrâneo ofereceria precisamente um exemplo de economia-mundo, de um espaço política, cultural e socialmente dividido, mas expressando uma certa unidade económica que, historicamente, se foi construindo a partir de cima, a partir das cidades dominantes do Norte de Itália, Veneza, Milão, Génova, Florença. Esta economia de conjunto não totaliza, porém, a vida económica geral do mar Mediterrâneo e das suas regiões adjacentes, mas enforma antes a sua camada superior cuja acção influencia todo este espaço mediterrânico. A economia-mundo é uma dinâmica, uma colecção de actividades que transcende impérios e mesmo os limites civilizacionais, abarcando as fronteiras políticas e culturais que fragmentam e diferenciam um universo “civilizacional” concreto como o mediterrânico. A partir de um caso exemplar – o Mediterrâneo do século XVI – seria possível perceber que uma economia-mundo é uma soma de espaços individualizados, económicos e não-económicos, agrupados num amplo espaço coerente em determinada época e área do globo, sobrepujando os limites dos outros grupos maciços da história.¹¹

Sempre existiram economias-mundo ao longo da história, o que permite através da comparação sublinhar algumas das suas características tendenciais no tempo e no espaço. Uma economia-mundo implica necessariamente limites espaciais, um *centro* em benefício de uma cidade e de um *capitalismo* já dominante no interior de um espaço hierarquizado que soma economias particulares, umas mais pobres, outras modestas, a uma única relativamente rica no seu *centro*. A economia-mundo não representa, contudo, a única *ordem* a governar a totalidade do social, determinando com exclusividade as outras ordens da sociedade. Antes mistura o espaço que domestica

⁹ BRAUDEL, Fernand – *Civilização material, Economia e Capitalismo (séculos XV-XVIII). O Tempo do Mundo*. Lisboa: Teorema, 1993.

¹⁰ BRAUDEL, *op. cit.*, p. 12.

¹¹ BRAUDEL, *op. cit.*, p. 14.

com outras entidades culturais, sociais e políticas, gerando uma *globalidade*, uma sociedade por excelência, o *conjunto dos conjuntos*. Chegados à modernidade, o primado do económico vai-se tornando mais constrangente, orientando, perturbando e influenciando as outras ordens, exacerbando desigualdades, encerrando na indigência ou na opulência os co-participantes na economia-mundo para lhes determinar um papel social de longa duração.

Esclarecido o conceito axial de economia-mundo, este derradeiro volume do tríptico braudeliano traça a periodização da história da economia-mundo europeia. Assim, uma primeira economia-mundo à escala da Europa organiza-se entre os séculos XI e XIII, esboçando uma constelação renovadora de primazias urbanas que englobam vastos espaços de circulação cujas dimensões sociais, instrumentos económicos e lucros comerciais alimentam os espaços urbanos tanto do sul mediterrânico, centrado nas cidades italianas, como desse Norte europeu que foi inventando os Países Baixos ou o surto da Hansa. Esta primeira economia-mundo influenciando a circulação e os espaços económicos de toda a Europa acaba por se centrar no final do século XIV nas cidades comerciais italianas, com Veneza firmemente no *centro* do sistema, modelando um império que, apesar de modesto em extensão, domina estrategicamente as rotas comerciais dos tratos do Levante. A seguir, com a expansão ibérica estrutura-se uma segunda economia-mundo europeia centrada não em Lisboa ou em Sevilha, como seria de esperar, mas nessa Antuérpia muito mais perto desses 90% de consumidores da pimenta asiática situados no norte da Europa. Um papel focal que depende mais das oportunidades externas especializando-se, entre 1501 e 1521, sob o signo de Portugal e das especiarias do Índico; entre 1535 e 1557, beneficiando dos fluxos maciços da prata americana carregada pela expansão espanhola; e, entre 1559 e 1568, perseguindo um desenvolvimento industrial que comparece como sorte de último recurso para manter uma supremacia em declínio na economia-mundo europeia. Se este século curto de Antuérpia segue a dimensão tradicionalmente consagrada no tema do *século dos Fugger*, os setenta anos seguintes, alargando-se de 1557 a 1627, são um século dos genoveses que, quase discretamente, mobilizam os seus mercadores-banqueiros para arbitrarem os créditos e pagamentos europeus. Cidade *capitalista* por excelência, mudando muitas vezes de rumo comercial, Gênova encontra uma vocação central e uma dinâmica claramente capitalista na acumulação dos empréstimos que sustentam a grande política de Carlos V, substituindo, desde 1557, os banqueiros da Alta Alemanha. A cidade italiana tende a centrar a economia-mundo da Europa ao conseguir sustentar a passagem da mercadoria para a finança, ganhando juros, juros de juros, usuras somadas aos truques dos câmbios e recâmbios que se espalham agora pelos espaços europeus e pelos seus prolongamentos ultramarinos. As galeras carregadas de caixas de reais e de lingotes de prata afluem a Génova desde 1570 e tornam-se instrumento de dominação económica, arbitrando a fortuna da Europa. Nas primeiras décadas do século XVII, o centro da economia-mundo europeia muda-se para ficar em direcção ao Norte da Europa, encontrando em Amsterdão o derradeiro centro encerrando a era das cidades de estrutura e vocação imperialistas.

Amsterdão com as suas companhias capitalistas, bancos, finanças e tratos longínquos esclarece no século XVII uma experiência que se situa entre duas fases sucessivas da hegemonia económica, a das cidades, primeiro, a que segue a dos Estados modernos e economias nacionais. O Norte adquire vantagem sobre o Sul a título definitivo: comercialização rural avançada, riqueza agrícola e uma economia urbana de “alta voltagem”¹² entretece redes de cidades, partilhando organizadamente tarefas, constituindo uma pirâmide de espaços e realizações económicas tendo no seu vértice uma cidade dominante. *Armazém geral do Universo*, como gostavam de proclamar os capitalistas da V.O.C., a grandeza de Amsterdão não radica apenas no comércio internacional das suas Companhias e das suas poderosas frotas, já que a rede económica holandesa estende-se à Zelândia, à Frísia, Groningen e Utrecht. Falha, perde o domínio, quando as economias nacionais começam a impor-se e a ditar a ordem das relações comerciais distantes. É a economia nacional que cria Londres e esta construiu e orientou a Inglaterra. O papel central de Londres na economia-mundo europeia estava já perfeitamente consolidado, dos bancos às produções, das finanças aos comércios coloniais, quando arranca a revolução industrial na Inglaterra, entre 1750 ou 1760. Um processo complexo, estruturando vários níveis, cruzando uma dinâmica de crescimento generalizado a uma industrialização implicando toda a sociedade, a economia, as estruturas políticas, até mesmo a opinião pública e muitos outros sectores e agentes, da agricultura ao crescimento demográfico, das transformações técnicas à vitória do comércio longínquo, passando igualmente pela expansão dos transportes internos ou por vários ciclos de crescimentos conjunturais. De qualquer forma, é esta, ao mesmo tempo, a principal cesura e transformação que, para a investigação braudeliana, sustenta definitivamente, sem concorrências, o crescimento e o domínio económico mundial da Europa.

Ideia quase historiograficamente comum que se procura comprovar com o interessante estudo comparativo das condições económicas do que Fernand Braudel designa por “resto do mundo”. Um *resto* dividido em cinco grandes apartados: a grande Europa marginal do Leste, essa outra economia-mundo que foi a Moscovia e mesmo a Rússia moderna até Pedro, o Grande; a África Negra que, apressadamente, costuma dizer-se primitiva; a América que, lenta mas seguramente se vai europeizando; o Islão, no declínio do seu esplendor; por fim esse enorme Extremo-Oriente.¹³ Descobre-se nestas áreas, segundo Braudel, uma não-Europa que, antes de finais do século XVIII, já não pode ser compreendida fora da sombra que nela projecta o Ocidente europeu, transformando todos os problemas do mundo do ponto de vista do eurocentrismo: a América é um triunfo quase completo da Europa; a África Negra um triunfo mais incipiente do que parece; o duplo caso, com contradições e

¹² BRAUDEL, *op. cit.*, p. 149.

¹³ BRAUDEL, *op. cit.*, p. 331. Não se percebem estas divisões, manejando noções continentais, religiosas e espaciais extremamente diferentes, não concretizando minimamente os critérios teóricos para a definição de uma economia-mundo anteriormente apresentados.

semelhanças, do império Turco e da Rússia, sublinham sucessos em vias de lenta mas inexorável elaboração; no Extremo Oriente, das margens do mar Vermelho, da Abissínia e da África do Sul até à China, ao Japão e ao Sudeste Asiático, ilumina-se um sucesso mais brilhante do que real. Em todos estes espaços se reconhece normalmente a influência da Europa porque a perspectivamos de maneira privilegiada. Se a movimentarmos, por exemplo, para os mares e terras da Ásia, a Europa perder-se-ia, porque, no século XVIII, ainda não tinha adquirido o enorme poder industrial que anulou a desproporção. Mas é do mundo inteiro que a Europa tira força e, sem esta ajuda, teria a Revolução Industrial – a principal chave do seu destino – sido possível a partir de finais de Setecentos?

O moderno sistema mundial de Immanuel Wallerstein

Uma resposta referencial à questão central colocada pela grande investigação do historiador francês frequenta-se no estudo de Immanuel Wallerstein, sociólogo e africanista, sobre o *moderno sistema mundial* que se começa a publicar em 1974¹⁴, muito influenciando as perspectivas braudelianas sobre as relações entre cultura material, civilizações e capitalismo. Director precisamente do *Centro Fernand Braudel para o Estudo de Economias, Sistemas Históricos e Civilizações* da Universidade de Nova Iorque, o trabalho de Wallerstein procura reconstruir a história da sociedade capitalista actual privilegiando uma abordagem *globalizante*, expressando-se na interpretação de um sistema mundial que, em detrimento de outros sistemas menores, permite ganhar uma análise integrada e interdisciplinar. Em termos mais concretos, a noção de *moderno sistema mundial* proposta por Wallerstein cruza o tempo e o espaço para caracterizar um demorado período estendendo-se entre 1450 e 1670 depois da “crise do sistema feudal”. A Europa movimenta-se em direcção a uma economia mundial capitalista que procura estruturar um crescimento económico continuado assentando, duplamente, na especialização de diferentes modos de controlo do trabalho e na criação de Estados modernos apoiados em novas instituições e tecnologias políticas e militares. Respondendo, assim, à crise feudal, começa a emergir sem retorno entre finais do século XV e princípios do século XVI.

¹⁴ WALLERSTEIN, Immanuel – *The Modern world-system. Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century*. New York: Academic Press, 1974. Utilizamos também a primeira edição espanhola *El moderno sistema mundial. La agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI*. Madrid: Siglo XXI, 1979.

o que poderíamos designar por economia-mundo europeia. Não era um império, mas no entanto era tão grande como um império e compartilhava com ele algumas características. Mas era algo diferente e novo. Era um tipo de sistema social que o mundo, na realidade, não havia conhecido anteriormente, constituindo o carácter distintivo do moderno sistema mundial. É uma entidade económica e não política, ao contrário dos impérios, das cidades-estado e dos estados-nações. De facto, compreende precisamente dentro dos seus limites – é difícil falar de fronteiras – impérios, cidades-estado e os emergentes “estado-nações”. É um sistema “mundial”, não por incluir a totalidade do mundo, mas porque é maior do que qualquer unidade política juridicamente definida. É uma “economia-mundo” porque o vínculo básico entre as partes do sistema é económico, ainda que esteja reforçado, em certa medida, por vínculos culturais e, eventualmente, por realizações políticas e estruturas confederais.¹⁵

Para esta perspectiva ainda hoje muito seguida entre os historiadores, trata-se ainda de sublinhar ter sido apenas neste período que, pela primeira vez, um sistema económico tende a espalhar-se pela maior parte do mundo conhecido, estabelecendo comunicações ultrapassando os espaços e fronteiras nacionais para organizar quatro diferentes modalidades de organização e hierarquização destas novas relações económicas universais: *centro*, *semi-periferia*, *periferia* e *zonas exteriores* relacionam definitivamente todas as partes do mundo já não apenas em termos políticos ou “imperiais”, mas numa inteiramente nova *economia-mundo* à escala planetária.

Seguindo com mais pormenor a proposta de Immanuel Wallerstein, o *centro* desta economia-mundo geral englobava as regiões que mais beneficiavam com o nascimento de uma economia mundial capitalista, reunindo as áreas da Europa do Norte em que pontificavam a Inglaterra, a França e a Holanda: uma espécie de primeiro coração do pulsar do novo sistema mundial. Em termos políticos, os Estados construídos nesta parte “privilegiada” do mundo europeu exibiam governos fortemente centralizados, burocracias cada vez mais extensas e poderosos exércitos de mercenários. Situações autorizando as burguesias locais a perseguir o controlo do comércio internacional, extraíndo lucros deste processo para benefício económico e social próprio. Na margem oposta desta nova relação sistémica mundial encontravam-se as regiões *periféricas*. Descobriam-se neste apartado áreas desprovidas de governos centrais estruturados ou controladas mesmo por outros Estados, exportando matérias-primas para o *centro* e marcadas por práticas coercivas de trabalho. Entre estas regiões opostas, mas com relações complementares de exploração económica, situavam-se as áreas que formavam as *semi-periferias*. Entre finais do século XV e finais do século XVII, a Espanha e Portugal, por exemplo, apresentavam-se precisamente como casos de *semi-periferias*, esclarecendo uma capacidade limitada e, inclusive, em declínio no acesso aos capitais internacionais e à produção de manufacturas de alta qualidade. Diferentemente do *centro*, estas zonas semi-periféricas ibéricas não conseguiram concretizar os seus projectos epocais de domínio do comércio internacional e, desta forma, beneficiar social e economicamente como as regiões centrais. Fora da hierarquia de relações e

¹⁵ WALLERSTEIN, *op. cit.*, p. 21.

posições da nova *economia-mundo*, expressando dificuldades sérias na investigação do mundo e das economias históricas asiáticas, Wallerstein colocava espaços que possuíam o seu próprio sistema económico, permanecendo no tocante às comunicações económicas fundamentais *exteriormente* ao sistema económico mundial, como seriam os casos da Rússia e da China, enformando casos de regiões “externas”.

A estratificação de relações económicas, afinal, (quase) “globais” ligava-se ainda no quadro teórico wallersteiniano a uma organizada periodização dos “estádios de crescimento” da economia-mundo. A abrir, as duas primeiras fases de crescimento económico acompanhavam a disseminação de um sistema mundial entre 1450 e 1670. No momento em que o império Habsburgo se mostrou completamente incapaz de converter a economia-mundo emergente num império político mundial, quase todos os Estados europeus existentes tentaram reforçar as suas posições respectivas no novo sistema mundial. Para o conseguir, a maior parte dos Estados investiu na consolidação da sua organização política interna e no desenvolvimento de recursos sociais, cruzando sistematicamente cinco movimentos principais. (i) Um primeiro investimento apostava na *burocratização* indispensável para erguer soluções políticas fortes centradas num super-monarca enquanto poder supremo, polarização do que normalmente se designa como absolutismo. (ii) Um segundo movimento de *homogeneização* das populações locais passou em muitos Estados europeus, incluindo os do “centro”, pela progressiva expulsão e/ou marginalização de minorias sociais e religiosas, destacando tanto o envolvimento uniforme estatal no novo sistema mundial como o apoio ao aparecimento de grupos capitalistas autóctones. Como é tristemente sabido, os judeus viram-se expulsos da Inglaterra, da França, da Espanha e de Portugal, enquanto muitos protestantes que dominavam os tratos comerciais com os espaços católicos se tornaram um alvo perseguido pela Igreja romana saída de Trento. A este propósito, Immanuel Wallerstein recorda acertadamente que a Igreja católica – a mais importante instituição transnacional epocal – criticou demoradamente o desenvolvimento de uma *economia-mundo* capitalista entendendo-a como uma ameaça às antigas concepções morais que disciplinavam a circulação da economia às éticas da caridade e das obras de misericórdia. (iii) Uma terceira especialização investe sistematicamente na *militarização* das monarquias absolutas, somando ao processo de centralização e concentração de poderes a protecção indispensável contra as ameaças externas. (iv) Identifica-se também um evidente investimento político e legislativo na construção *jurídica* da independência do poder monárquico – *ab solutus* –, libertando o *príncipe* das leis feudais dominantes no passado. (v) Por fim, descobre-se ainda um movimento de *diversificação* das actividades económicas, tentando ampliar lucros e reforçar as posições das burguesias locais, vazadas tanto no reforço do papel económico dos Estados, como na multiplicação de companhias mercantis.

À roda de 1640, os estados do Noroeste europeu aprofundaram as suas posições centrais, organizando o centro da *economia-mundo* emergente. A Espanha e a Itália do Norte são arrastadas para uma situação de semi-periferia, ao mesmo tempo que a Europa de Leste e a América Ibérica se tornavam áreas de periferia. O comércio de

longa distância com a Ásia e as Américas multiplicou os rendimentos que, afluindo às regiões do centro da economia-mundo, poderiam oferecer facilmente lucros de 200 a 300% mesmo a uma pequena elite mercantil e, ainda muito mais, às novas companhias comerciais aliando accionistas privados e interesses estatais. Sucessivamente enriquecida, esta poderosa classe mercantil conseguiria acumular os capitais necessários para a industrialização dos espaços europeus do *centro* da economia-mundo.

A terceira e quarta fases do crescimento do sistema económico mundial, do século XVIII ao presente, viria a estruturar-se na conceptualização proposta por Wallerstein em torno do predomínio de um capitalismo industrial em detrimento de um capitalismo agrário. Uma renovada colecção de cinco factores associados permite explicar os sentidos destas fases contemporâneas de crescimento. (i) A começar, os Estados europeus dominando o centro da economia-mundo passam a participar activamente na exploração de novos mercados. (ii) Alguns outros sistemas económicos, como o do Oceano Índico, são absorvidos pela expansão do sistema mundial europeu. Ao mesmo tempo, com a independência dos países da América Latina, tanto estas regiões como outras zonas do interior do continente americano integram-se enquanto periferias na economia-mundo. A Ásia e a África integram-se igualmente ao longo do século XIX no sistema económico mundial como novos espaços de periferia. (iii) Esta inclusão do continente asiático e africano multiplicou os excedentes disponíveis, admitindo novas regiões económicas que, como os Estados Unidos da América e a Alemanha, alargam o centro ocidental do sistema mundial. (iv) Durante esta fase, as regiões do centro mudam as suas estruturas económicas de acumulação de uma combinação de interesses agrícolas e industriais para preocupações puramente industriais. À volta de 1700, a Inglaterra liderava claramente a Europa como produtor industrial, mas também no domínio da produção agrícola. Chegados a 1900, apenas uns escassos 10% da população inglesa se encontrava mobilizada para actividades agrícolas. (v) A terminar, ainda nos começos do século XX, as transformações industriais obrigam as regiões do centro da economia-mundo a promover indústrias nos espaços de semi-periferia para puderem vender maquinaria a estas zonas, aliando à exploração económica de matérias-primas o poder industrial e tecnológico.

Em termos conclusivos, o modelo conceptual de Wallerstein centra-se na ideia de que a economia mundial capitalista constitui um sistema dinâmico que se modifica com o tempo, historicamente. No entanto, algumas realizações básicas parece manterem-se, sendo a mais significativa o predomínio das regiões do noroeste europeu como o centro que mais continuamente beneficia da estruturação de uma economia-mundo a partir do período moderno. Por isso, através dos lucros pingues do comércio internacional e através da troca de produtos manufacturados por matérias-primas da periferia e, por vezes, das semi-periferias, o centro enriquece-se progressivamente à custa das economias periféricas, prefigurando as grandes divisões económicas e sociais que distribuem riqueza e pobreza por espaços opostos do globo.

A Economia-mundo tem 500 ou 5000 anos?

Entre o conjunto actualmente em rápida ampliação de revisões críticas à proposta consagrada por Immanuel Wallerstein destaquem-se as investigações historiográficas do economista alemão Andre Gunder Frank. Tentando re-escalonar a história do sistema mundial e da economia-mundo que foi sendo historicamente organizada, visite-se a interessante e provocadora colecção de estudos intitulada *The World System: Five Hundred or Five Thousand Years*.¹⁶ Em termos gerais, o argumento fundamental deste livro sublinha que, histórica e espacialmente, um contínuo sistema mundial tem estruturado relações globais desde há 5000 anos, e não apenas nos últimos quinhentos anos como tem sido normalmente argumentado pelos teóricos do tema da economia-mundo¹⁷. Acumulação de capital, comércio e crescimento existiam muito antes do período moderno europeu e fora do Ocidente. De facto, o (ou um) sistema mundial não nasceu em 1500, não ressaltou da Europa e não era, muito menos, distintamente capitalista. Pelo contrário, a investigação coordenada por Gunder Frank trata de acumular argumentos, pistas e dados comprovando as manifestações evidentes de um sistema mundial centrado entre a Índia e a China, tanto pré-moderno como pré-europeu, condicionando o apogeu e declínio de outros sub-sistemas económicos, comprovando que as dinâmicas causais se distribuíam a partir do sistema para as suas partes constituintes. Esta pesquisa globalizante procura também criticar definitivamente a interpretação materialista e ortodoxa marxista que, exagerando uma visão eurocêntrica do mundo, resume a história a uma colecção de estádios sucessivos. Criticando a noção marxiana da história enquanto séries de transições de um modo de produção para outro, Frank destaca a estruturação de uma economia mundial histórica organizada ciclicamente em torno das diferentes modalidades de pressão e exigência de um mercado mundial continuamente competitivo. Comércio e acumulação de capital baseada em tratos mundiais foram sempre parte integrante da economia global e a competição gerada pela pressão do jogo da procura e da oferta enforma a micro-fundação das mudanças político-económicas. Por isso, a dimensão cíclica da história económica mundial obriga a rejeitar a posição defendendo uma ruptura qualitativa em 1492, com a chegada de Colombo às Antilhas e a subsequente geração de um sistema mundial orbitando o capitalismo europeu.

A crítica ao modelo wallersteiniano prolonga-se com mais veemência, mas também com maior coerência operatória, numa obra mais recente de Andre Gunder Frank, significativa e propositadamente intitulada *ReOrient*¹⁸. Trata-se de um trabalho

¹⁶ FRANK, Andre Gunder & B. K. Gills (eds.) – *The World System: Five Hundred Years or Five Thousand?* London – New York: Routledge 1993. Veja-se também do mesmo autor um título anterior que prepara alguns dos debates que estamos a sumariar: *World Accumulation 1492-1789. On Capitalist Underdevelopment*. Bombay – New York: Oxford University Press, 1975.

¹⁷ Esta tese discute-se também no trabalho importante de ABU-LUGHOD, Janet L. – *Before European Hegemony. The World System A.D. 1250-1350*. New York – Oxford: Oxford University Press, 1989.

¹⁸ FRANK, Andre Gunder, *ReOrient: Global Economy in the Asian Age*. Berkeley: University of California Press, 1998.

de interpretação que se situa claramente no domínio do *global*: uma perspectiva histórica global é fundamental para se poder investigar mudanças macro-históricas mundiais, do apogeu e queda dos impérios territoriais à revolução industrial, do tema do declínio do “Oriente” ao desenvolvimento do “Ocidente”, passando pelo estudo do colonialismo em África, na Índia ou nas Américas... O todo, o *global*, é maior do que a soma das partes e estas apenas se podem perceber na sua relação com o *global*. Adoptar uma perspectiva globalizante não se mostra, porém, uma viragem epistémica fácil de concretizar, atendendo a que a esmagadora maioria da produção científica em ciências sociais e, sobretudo, em história, continua ancorada a uma verdadeira *ideologia eurocêntrica* largamente apresentada e frequentada enquanto ciência normativa universal. Por isso, na sequência de estudos anteriores, *ReOriente* sugere fixar o predomínio da Ásia – especialmente da China Ming e Qing, bem como da Índia Mughal – no coração de uma economia mundial interconexa entre 1400 a 1800, devendo perceber-se que, neste período, a Europa era somente um “jogador” marginal no conjunto da produção e comércio globais. A Europa permaneceria mesmo na retaguarda das relações económicas globais face à maior produção e expansão asiáticas até finais do século XVIII, altura em que uma colecção de diferentes factores conjunturais, alargando-se da contracção económica global ao continuado acesso europeu à prata e ouro americanos, empurraram a economia europeia a ultrapassar o “Oriente” em capacidade industrial. No entanto, o autor sublinha que nada de extraordinário em termos internos, especificamente europeus – a Revolução Industrial, a emergência do Estado moderno ou a reorganização capitalista da economia europeia... – concorreu para firmar este apogeu, vazado antes em mutações cíclicas da economia global somadas a esse progressivo acesso e exploração europeus dos metais preciosos das Américas.

Existe, assim, um esforço geral de interpretação nesta original obra de Andre Gunder Frank visando verdadeiramente *provincializar* a Europa em sede de história da economia global. Recorda-se, a propósito, que a exacerbação do papel central do “Ocidente” na história mundial radica num *sistema de conhecimento*, o eurocentrismo, historicamente específico e com raízes escorando configurações do poder e interesses materiais. Um pensamento eurocêntrico foi-se formando historicamente para atribuir ao “Ocidente” uma missão quase providencial do destino histórico baseada no contínuo avanço da ciência, da tecnologia, da racionalidade, do industrialismo, de instituições políticas, sociais e económicas. Um pensamento que foi perspectivando a experiência europeia como universal, organizando o mundo a partir de um único ponto focal privilegiado que é a Europa. A partir daqui, o mundo é bipartido entre o “Ocidente” e o “Resto” (“*the West*” and “*the Rest*”, funciona melhor no original inglês...), construindo-se um sistema de conhecimento oscilando em torno de hierarquias binárias em que a Europa invariavelmente ocupa a posição não apenas cimeira, mas também normativa e taxonomizante: nação ocidental *versus* “tribo”; religião ocidental *versus* “superstição”; capitalismo ocidental *versus* formas tradicionais de produção e subsistência; tecnologia ocidental *versus* artesanato; progresso ocidental *versus*

estagnação ou atraso... Um esforço importante de *ReOrient* trata precisamente de visitar criticamente estes mitos eurocêtricos que, ao longo da segunda metade do século XIX, recebem uma consagração científica importante nas obras dos principais historiadores românticos e positivistas, mas estendendo-se igualmente aos trabalhos de Marx e Max Weber. Em rigor, não existe qualquer excepcionalismo europeu: nem o capitalismo descrito por Marx, nem a ética protestante ou a moderna burocracia discutidas por Weber, nem muito menos o sistema de estado “Westefaliano” destacado pela maior parte dos académicos actuais de relações internacionais permitem explicar o crescimento europeu pós-1800 e a configuração ocidental de um sistema moderno mundial.

Em termos gerais, a investigação de Andre Gunder Frank defende que o *globalismo* – e não o capitalismo – tem estado connosco desde sempre. Em consequência, as explicações habituais acerca do desenvolvimento e apogeu da Europa com as concomitantes alterações no sistema mundial deveriam ser refeitas radicalmente, sublinhando que as mudanças sistémicas globais com um centro dinâmico situado na Ásia no começo da época moderna contribuíram decisivamente para a evolução da economia e instituições europeias. Deste modo, este câmbio de posições entre o “Ocidente” e o “Oriente” teria sido meramente o resultado da última alteração continental na distribuição da “fortuna” oferecida pelo sistema mundial existente. Não é este o espaço adequado para discutir demorada e criticamente as teses importantes de Gunder Frank. Muito se poderia debater acerca de uma investigação séria e original, mas que permanece excessivamente marcada tanto pelo domínio social avassalador do económico, como também pela busca recorrente no domínio da história económica do “motor” que dirige histórica e espacialmente – seja por estádios ou ciclos – o desenvolvimento de sociedades e economias históricas. Se privilegiarmos uma abordagem local e territorial, longe das pressões comerciais, financeiras e económicas do global, poderíamos ficar espantados com as capacidades produtivas e culturais do local. Em muitas sociedades africanas actuais, por exemplo, continua a descobrir-se um mundo rural que funciona e se articula tradicionalmente através de formas de cultura económica que previnem qualquer desastre ou dificuldade conjunturais, especializando solidariedades horizontais que resistem às pressões externas de governos cleptocratas ou à predação das grandes cidades ocidentalizadas. Isto serve para sublinhar que é conveniente não substituir o eurocentrismo ainda hoje dominante da ciência à economia por quaisquer formas de asiocentrismo ou afrocentrismo, neste último caso ligado a muitas modas europeias de invenção de “negritudes” e “africanidades” completamente estranhas às culturas consuetudinárias africanas. As comunicações, desenvolvimentos e vicissitudes que organizaram historicamente relações globais não se centram exclusivamente no interior da Europa, da Ásia ou da África, mas em pontos de conexão exteriores às regiões, enformando espécies de nódulos de integração horizontal que se afiguram ajudar a explicar as coacções presentes ditadas pelo alargamento de um processo de globalização de muito longa duração.

A Grande Divergência: a China e a Europa face à Moderna Economia-mundo

Os principais argumentos que criticam as noções de tempo e espaço vinculadas a uma perspectiva euro-historicista da história do mundo têm vindo a ser discutidos por vários historiadores, geógrafos, economistas e outros cientistas sociais. Mas são, sobretudo, os historiadores asiáticos¹⁹ ou aqueles que, na última década, (re)estudam com novas perspectivas a história da Ásia alguns dos principais responsáveis pela acumulação de evidências factuais e de novas interpretações partilhando a reorientação sugerida por Andre Gunder Frank. Entre estas investigações mais recentes, destaque-se o importante estudo de Kenneth Pomeranz sobre *a Grande Divergência – China, Europa e a construção da Moderna Economia Mundial*.²⁰ O objectivo fundamental deste estudo é o de promover uma análise comparativa e integrada numa perspectiva global, rediscutindo e avaliando criticamente a demorada acumulação de estudos europeus que, desde finais do século XIX, tentaram explicar o que normalmente ainda se considera como o desenvolvimento económico *único* da Europa. A maior parte da literatura histórica e de outras ciências sociais trata o tema do crescimento económico moderno a partir de um enfoque centrado na Europa, explicando o seu desenvolvimento através do arranque de uma mecanização industrial de larga escala. Alguns autores e obras não deixam de convocar comparações com outras partes do mundo, mas estas digressões comparativistas são geralmente usadas para demonstrar que a “Europa” – ou, em alguns estudos, a Europa Ocidental, a Europa Protestante ou mesmo apenas a Inglaterra – possuíam no seu interior ingredientes domésticos cruciais para firmar o sucesso industrial. Outras explicações, menos seguidas actualmente pelos historiadores e manuais de história europeus, sublinharam a importância das relações entre a Europa e outras partes do mundo, em especial as várias formas de extracção e exploração coloniais. Interpretação seguindo na esteira do que Marx designava por acumulação primitiva de capital através da gigantesca exploração dos Ameríndios e dos escravos africanos, a que se somavam muitos membros das classes “inferiores” europeias, esclarecendo um processo que o marxismo clássico pensava estar na génese de uma acumulação de capital em larga escala. Uma posição que se viria a tornar insustentável à medida que a investigação histórica especializada foi demonstrando a lenta, mas segura, acumulação de excedentes acima da linha de subsistência em muitas quintas, lojas, artesanatos, proto-indústrias e várias outras unidades económicas europeias ao longo do período moderno.

¹⁹ Vejam-se, entre tantos outros títulos mais recentes, os trabalhos de CHAUDURI, K. N. – *Asia before Europe: economy and Civilization of the Indian Ocean from the Rise of Islam to 1750*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990; WONG, R. Bin – *China Transformed. Historical Change and the Limits of European experience*. Ithaca: Cornell University Press, 1997.

²⁰ POMERANZ, Kenneth – *The Great Divergence. China, Europe, and the Making of the Modern World Economy*. Princeton-Oxford: Princeton University Press, 2000.

A investigação de Pomeranz releva o impacto significativo da exploração dos espaços não-europeus e do acesso a recursos ultramarinos, mas não encontra nestes factores o “motor” singular que concorre para o arranque único do desenvolvimento europeu. Reconhece-se também o papel vital do crescimento interno da Europa, mas, neste caso, é possível esclarecer processo similares noutros horizontes geográficos, especialmente na Ásia até praticamente 1800. A Europa ocidental podia ter instituições mais efectivas para mobilizar largas somas de capital, podendo esperar um tempo demorado pelo seu retorno, mas estas capacidades encontraram poucos usos para além dos investimentos comerciais e coloniais, ao mesmo tempo que o endividamento público era fundamentalmente utilizado para financiar as guerras. É indiscutível que, ao longo do século XVIII, a Europa ocidental se tinha adiantado no uso de várias tecnologias produtivas, mas continuava atrasada em várias outras tecnologias territoriais e agrícolas. Quanto às consequências do crescimento “malthusiano” europeu, parece evidente que a relação entre demografia e recursos obrigava à mobilização de uma mão-de-obra intensiva, mas esta dialéctica pouco diverge do que ocorreu no mesmo período no Japão ou na China. Se alguns outros factores mais complexos diferenciaram a Europa ocidental de, por exemplo, a Índia ou a Europa do Leste – como a estrutura do mercado de trabalho – eram, no entanto, razoavelmente similares aos de regiões importantes da China. Conexões que obrigam qualquer investigação comparativa séria a não fixar-se apenas na busca da diferença europeia, até porque modelos económicos, sociais ou demográficos comuns nos dois extremos da Eurásia não podem naturalmente continuar a explicar-se como sucessos exclusivos da cultura e história europeias. As semelhanças entre a Europa ocidental e outras áreas do mundo asiático obrigam-nos a mudar de uma perspectiva simplesmente comparativista, assumindo mundos separados como unidades de comparação, para o estudo das conjunturas globais. O que implica não ser possível perceber antes de 1800 conjunturas globais em termos de um sistema mundial eurocentrado, mesmo quando as conjunturas globais favoreceram frequentemente a Europa, situação não significando imediatamente que os europeus as criaram ou impuseram. Por exemplo, a remonetização da China com prata a partir do século XV foi um processo anterior à chegada europeia às Américas, mas haveria de se mostrar fundamental para tornar financeiramente sustentável o império espanhol no Novo Mundo, da mesma forma que epidemias dramáticas e mortíferas tiveram um papel crucial na criação deste império a partir das Antilhas. Apenas com os avanços seguros da industrialização ao longo do século XIX parece possível falar-se, pelo menos com rigor económico, de uma hegemonia europeia.

No entanto, o ênfase que os historiadores atribuem à descontinuidade do processo de industrialização europeia tende muitas vezes a modificar as unidades de comparação de forma espacialmente incorrecta. Nalguns casos, as comparações optam por contrastar unidades baseadas nas fronteiras e geografia políticas dos estados-nações actuais, comparando, por exemplo, a Grã-Bretanha à Índia ou à China políticas dos nossos dias. Desculpando a evidência, a Índia e a China são, naturalmente, mais

comparáveis em tamanho, população e diversidade interna ao conjunto da Europa do que a países europeus individualizados. A não ser que a política estatal que, a partir do presente, se projecta anacronicamente no passado seja o centro do comparativismo, a nação não é uma unidade que possa viajar os caminhos da comparação global.²¹ Repare-se que várias regiões do “velho” mundo, como o Delta do Yangzi, a planície de Kant, a Grã-Bretanha, a Holanda ou o Gujarat ofereciam realizações comuns que não partilhavam com o resto do continente ou do subcontinente à sua volta: mercados relativamente livres, indústrias artesanais extensivas e uma agricultura altamente comercializada. Neste caso, porque não comparar directamente estas unidades de espaço económico coerente em vez de introduzir áreas continentais largamente arbitrárias. Baseado nestas opções que se afiguram incontornáveis, o livro de Pomeranz desenvolve uma investigação que compara *partes* da Europa e partes da China, da Índia e de outros espaços asiáticos que se encontravam similarmente posicionados nos seus mundos continentais. Esta mudança de escala faz com que as comparações e as análises de conexões se tornem difíceis de distinguir, porque já não tratam de avisar a singularidade ou a exclusividade eurocêntricas, apesar de manterem a importância quer descritiva quer contrastiva de uma análise recíproca. A derradeira consequência metodológica implica perceber que a perspectiva normativa de um sistema interconexo em que uma parte (europeia) beneficia mais do que as outras, não justifica por si só designar essa parte o *centro*. Pelo contrário, importa assumir a interconexidade como um conjunto de vectores de influência movimentando-se em várias direcções.

A Imagem Colonial Global do Mundo

A globalização é também, senão essencialmente, representação e imagem. Já não se compra apenas um objecto – da cadeira ao sofá, da mesa ao automóvel, de um simples copo à última versão de uma qualquer marca de automóveis, passando pelo vestuário, pela bebida ou mesmo pela apresentação do que se come... – mas o *design*, a construção estética do objecto que, sublinhando quanto é mais importante parecer do que ser, funciona mesmo para validar a dimensão pós-industrial das nossas sociedades ocidentais, claramente mais dominadas para estas concepções pelo serviço, pela gestão, pelo *marketing* ou pelo *design* em detrimento da produção industrial indiferenciada que ainda nos vem dos outros mundos não-europeus. A noção de que a globalização oferecida pelo mundo ocidental é, sobretudo, uma construção imagética, um verdadeiro desenho normativo do mundo, é um tema actualmente em crescente pesquisa e debate historiográfico. Um dos estudos mais importantes da última década colaborando no alargamento desta problemática encontra-se no livro

²¹ Algumas destas questões encontram-se também discutidas na obra de WONG, R. Bin – *China Transformed. Historical Change and the Limits of European Experience*. Ithaca: Cornell University Press, 1997.

de J. M. Blaut, *The Colonizer's model of the world*.²² O objectivo fundamental deste estudo referencial consiste em procurar dissolver uma das mais poderosas crenças do nosso tempo acerca da história e geografia mundiais: a noção comum e "científica" de que a civilização europeia – o "Ocidente" – sempre acumulou vantagens históricas, uma qualquer especial qualidade de *raça*, cultura, ambiente, conhecimento ou *espírito* que investiu esta comunidade de uma permanente superioridade em relação a todos os outros espaços e sociedades humanas ao longo dos diferentes períodos históricos até ao presente. Trata-se, de acordo com esta perspectiva, de uma *crença*

duplamente histórica e geográfica. Os europeus são entendidos como os "fazedores da história". A Europa avança eternamente, progride, moderniza-se. O resto do mundo avança vagarosamente ou estagna: é a "sociedade tradicional". Em consequência, o mundo tem um centro geográfico permanente e uma periferia também permanente: um interior e um exterior (*inside/outside*). O interior lidera, o exterior atrasa-se. O interior inova, o exterior imita.²³

Uma concepção que, no domínio dos conceitos, enforma não apenas um evidente *difusionismo*, mas um assumido *difusionismo eurocêntrico* com pretensões a uma universal normatividade: os processos culturais históricos estariam pautados por uma dinâmica global fluindo generosamente das regiões europeias para o resto do mundo não-ocidental, estatuinto as primeiras em fonte e os outros em recipientes. Apesar das raízes teológicas e escolásticas profundas do difusionismo, pode destacar-se no campo da historiografia essa noção de manual iluminando um "milagre europeu" conseguido em torno de 1492, inaugurando um período em que a Europa exibiria um evidente avanço e progresso renascentistas em relação às outras áreas culturais do mundo. Um "milagre" que, concretizado ainda antes do período do colonialismo, expressaria uma superioridade escorada em qualidades europeias internas, não somando ainda os resultados económicos da interacção com as sociedades de África, da Ásia e das Américas. A partir deste núcleo de ideias, não são raras as opiniões que, estendendo-se dos mundos das ciências sociais às políticas europeias, explicam não ter sido, afinal, o colonialismo e a sua exploração económica factor decisivo para a modernização da Europa, impondo-se mesmo uma difusão e acolhimento universais da civilização ocidental. As consequências em termos historiográficos deste entendimento etnocêntrico do difusionismo civilizacional europeu são, entre outros constrangimentos epistémicos e metódicos, a especialização de um verdadeiro "túnel do tempo" de que os nossos manuais e enciclopédias de história ainda não se conseguiram libertar.

Caso frequentássemos uma escola na Europa ou nos Estados Unidos da América há 150 anos atrás, por volta de meados do século XIX, ainda aprenderíamos na maior

²² BLAUT, J.M. – *The Colonizer's Model of the World. Geographical diffusionism and eurocentric history*. New York-London: The Guilford Press, 1993.

²³ BLAUT, *op. cit.*, p. 1.

parte dos espaços escolares uma *História* ensinando que Deus criou o homem na região da grande Europa²⁴, podendo mesmo alguns professores sublinhar que apenas as populações deste espaço eram verdadeiramente humanas, sendo todas as outras hierarquicamente inferiores, jazendo quase na fronteira da sub-humanidade. Professores tanto de ciências naturais ou físicas como de história concordariam que os não-europeus se mostravam menos cultivados, honrados e corajosos do que os habitantes da Europa. Se tivéssemos ainda a sorte de estudar *Geografia* ouviríamos falar dos povos vivendo na África e na Ásia: os primeiros geralmente apresentados como “selvagens” cujo único destino aceitável era serem cristianizados e firmemente obrigados ao trabalho; por sua vez, as populações asiáticas, sobretudo da China e da Índia, tinham por qualquer razão desconhecida erguido civilizações *bárbaras* próprias, mas que se encontravam mergulhadas na estagnação e no declínio resultantes dos cruéis “despotismos orientais” que tinham construído no passado. Apenas os europeus conheciam a verdadeira liberdade... Ideias e categorias que se foram modificando, pelo que, se entrássemos no mundo escolar cinquenta anos mais tarde, à volta de 1900, frequentaríamos perspectivas bem mais seculares de uma história avisada pelos sabores do evolucionismo darwiniano: a Terra é extremamente antiga, assim como a vida ou a nossa espécie. No entanto, tudo o que historicamente foi decisivo continuava a ensinar-se ter ocorrido na Grande Europa. O primeiro verdadeiro homem, o Cro-Magnon, viveu na Europa. A agricultura foi inventada na Grande Europa, talvez mesmo no continente ou, pelo menos, nessas terras bíblicas formando o coração cultural do mundo. Estudaríamos em “história universal” que os começos pré-clássicos da civilização tinham ocorrido nesses férteis espaços bíblicos assistindo ao aparecimento dos dois povos caucasianos que passaram a dominar a *História*: os semitas foram inventores de cidades e impérios, legaram-nos o monoteísmo e o cristianismo, mas depois caíram numa irremediável decadência oriental; os arianos ou indo-europeus construíram a partir destas fundações, espalhando-se pela Europa do Sudeste e pela Ásia ocidental para levantarem a primeira sociedade genuinamente civilizada: a Grécia Antiga. A seguir, os romanos desenvolveram uma civilização mediterrânica que obrigou a história a caminhar para noroeste. Se o aluno vivesse neste período nas Ilhas Britânicas aprenderia até que a história caminhou do “Oriente” (das terras bíblicas...) para Atenas, Roma, a França feudal e, finalmente, instalou-se na Inglaterra moderna – uma espécie de estranho “Expresso Oriente” definitivamente ocidentalizado. Cinquenta anos depois, no final da Segunda Guerra Mundial, as mudanças no ensino da História e da Geografia universais não seriam estranhamente muitas. O primeiro verdadeiro homem continuaria a ser o Cro-Magnon europeu. Agricultura e civilização tinham sido inventadas nas terras bíblicas. E a verdadeira civilização marchava de Atenas para Roma, Paris e Londres, talvez agora navegando

²⁴ O autor esclarece este conceito significando o continente europeu, mais – para os tempos antigos – as “terras bíblicas” do Norte de África à Mesopotâmia –, mais – para o período moderno – as regiões de colonização europeia como a América do Norte.

também para Nova Iorque. A História e a Geografia que se ensinavam na altura da última guerra mundial esclareciam uma espécie de túnel histórico que praticamente ignorava o mundo não-europeu, iluminado apenas graças às actividades coloniais ou a um passado integrado na história de um império europeu.

Depois da Segunda Guerra Mundial, o mundo não-europeu começou firmemente a invadir a consciência ocidental após a guerra com o Japão, a intensificação dos movimentos de descolonização, as lutas pelos Direitos Civis nos Estados Unidos e o acesso à independência de numerosos países africanos e asiáticos. Muitos novos manuais escolares alargaram a discussão acerca da história não-europeia e começaram a contemplar preocupações em direcção às realizações das culturas não-europeias. As escolas encontram-se quase sempre atrás do presente quando se trata de ensinar novos tópicos e ideias, pelo que não é ainda possível declarar que as noções de interno *versus* externo (*inside/outside*) são simplesmente artefactos de museus, antes persistem em muitos manuais e escolas por razões que se não se podem apenas atribuir às relações de distância entre investigação e pedagogia, entre local e universal. Muitos livros escolares e de divulgação de história tem vindo a ser escritos por investigadores consagrados, mobilizando metodologias tão rigorosas como noutro qualquer ramo do conhecimento, tentando evitar anacronismos e preconceitos grosseiros, sendo actualmente difícil encontrar nas historiografias europeias distorções e manipulações propositadas de eventos e periodizações. O problema reside principalmente no âmbito da causação e das conceptualizações propostas para se explicar longas durações e amplas regiões, crises e revoluções que, como a industrialização, ditariam a medida da superioridade do desenvolvimento ocidental. No capítulo das explicações, o eurocentrismo continua, de facto e quase *de iure*, a exercer uma influência importante tanto no discurso social comum, como no discurso político oficial ou mesmo no discurso científico que, muitas vezes, continua a convocar teorias pobres, quase sumárias, longe de evidências contrastivas e de um sentido da globalidade. Permanece fortemente enraizada a *crença* de que os acontecimentos e funcionamentos que transformaram a história ocorreram nessa grande Europa, da revolução neolítica à emergência das primeiras cidades e estados, da invenção grega da democracia ao desenvolvimento das ciências e da filosofia, passando, evidentemente, por essas criações decisivas que inventaram quer o Estado moderno como a genialidade da Revolução Industrial.

A crítica, frequentemente violenta e radical, ao eurocentrismo espalha-se hoje em dia por diferentes domínios do pensamento social. Alguns estudos mais avisados esclarecem que o eurocentrismo não é apenas um preconceito, uma atitude errónea que pode ser facilmente eliminada do iluminado pensamento actual, da mesma forma que foram eliminadas outras relíquias como o colonialismo, o racismo ou o sexismo. O eurocentrismo representa um problema científico, académico, sendo frequentemente uma opção do conhecimento informado e, mesmo, especializado. Em rigor, o eurocentrismo organiza disciplinarmente uma colecção de *crenças* que categorizam realidades empíricas, ideias educadas e evidências que muitos europeus sem

quaisquer preconceitos aceitam como conhecimentos válidos e absolutamente suportados por “factos”. Grande parte dos profissionais de história europeus dos nossos dias explicarão que não têm quaisquer preconceitos etnocêntricos – e muitos, em rigor, não os têm... –, pelo que, quando ensinam terem sido os europeus a inventar a democracia, a verdadeira ciência, o feudalismo, o capitalismo, o moderno estado-nação ou as sociedades capitalistas industriais defendem estas noções *evidentes* porque acreditam que são rigorosamente “factos”. Podemos mesmo tentar dissolver todos os preconceitos sociais e culturais do mundo, mas continuar a frequentar o eurocentrismo enquanto sistema de conhecimentos empíricos. O que obriga a discutir não os preconceitos, mas os *factos*, as *evidências factuais*, que fundam os principais temários e conhecimentos que historicamente organizam o eurocentrismo.

Como é que ideias históricas eurocêntricas que não são confirmadas pela evidência ou se encontram mesmo contraditadas pelos factos podem continuar a ser aceites pelo pensamento histórico europeu, sobrevivendo como *crenças* larga e demoradamente aceites durante séculos e gerações? Trata-se de um problema crucial para a epistemologia da história hoje. Os investigadores sabem actualmente que, ao contrário do que predominava há algumas décadas atrás, os conhecimentos empíricos, as *crenças factuais* da história, da geografia e das ciências sociais, no geral, ganham aceitação frequentemente por razões que têm muito pouco a ver com a evidência. Os conhecimentos académicos e científicos encontram-se mergulhados em cultura e comportamentos culturais, são mesmo organizados pela cultura e pelas suas práticas. O que ajuda a explicar porque é que, paradoxalmente, as *crenças* eurocêntricas são tão persistentes como os mitos que continuam a ser frequentados muito depois da *razão* para a sua aceitação e rejeição. Novos candidatos a *crenças* ganham consistência longe da evidência se tiverem um suporte propriamente etnocêntrico; as *crenças* eurocêntricas como um todo continuam a reter demorada persuasão e poder. Mais ainda, o eurocentrismo é um conjunto *único* de *crenças* singularmente poderoso porque representa a racionalidade intelectual e académica que convalida *cientificamente* interesses sociais importante das elites europeias. O colonialismo europeu não apenas iniciou o desenvolvimento da Europa – e o subdesenvolvimento dos espaços não-europeus –, mas também, desde esse período moderno, a riqueza obtida na não-Europa através do colonialismo sob as suas diferentes formas, incluindo modelos neocoloniais, tem sido uma base tão necessária como decisiva para o continuado desenvolvimento económico europeu e o contínuo poder das suas elites. Por esta razão, o desenvolvimento de um *corpus* de *crenças* eurocêntricas, justificando e assistindo as actividades coloniais europeias, tem sido de frequência fundamental, da escola à política: o eurocentrismo é simplesmente o modelo do mundo do colonizador. Será também assim com a *globalização*?

